

Tempo de serviço dos ‘contratos covid’ que deram resposta à pandemia e ao incêndio do HDES tem de ser contabilizado

O tempo de serviço prestado em condições difíceis durante a pandemia e na resposta ao incêndio do HDES por centenas de enfermeiros e outros profissionais do Serviço Regional de Saúde não pode ser apagado, por isso, o Bloco de Esquerda entregou uma proposta no parlamento para garantir a contabilização de todo o tempo de serviço prestado ao abrigo dos chamados ‘contratos covid’.

A iniciativa foi apresentada hoje pelo deputado António Lima numa reunião com representantes de um grupo de 70 enfermeiros do HDES que foram contratados ao abrigo de regimes excecionais durante a pandemia e que, entretanto, foram integrados nos quadros do hospital, mas sem que o tempo de serviço prestado fosse contabilizado.

António Lima salienta o papel muito importante que estes trabalhadores tiveram “durante dois períodos muito críticos: a pandemia e o incêndio no HDES”, e considera que a não contabilização do tempo de serviço é uma grande injustiça.

“Que sentido faz a Região dizer as estas pessoas que trabalharam em condições muito difíceis, durante a pandemia e na resposta ao incêndio do HDES, que o trabalho que fizeram vai ser apagado? Isso não faz qualquer sentido”, afirmou o deputado do Bloco.

No passado mês de janeiro, após ser reconhecida a decisão judicial que deu razão a três trabalhadores com ‘contratos covid’ e que determinava a sua integração automática e a contabilização do tempo de serviço prestado, o Bloco levou ao parlamento uma recomendação ao governo para que aplicasse a mesma solução às centenas de trabalhadores que estão na mesma situação, mas a proposta foi rejeitada pela coligação PSD, CDS e PPM e pelo Chega.

António Lima acredita, no entanto, que neste momento haverá uma maioria no parlamento para aprovar esta proposta do Bloco que cria legislação para a contabilização do tempo de serviço dos trabalhadores integrados no Serviço Regional de Saúde ao abrigo de processos de regularização extraordinária de contratos celebrados no âmbito da pandemia.

Houve uma “mudança de discurso de alguns partidos”, por isso António Lima acredita que isso “traga consequências práticas”.

António Lima salienta que a Região tem falta de profissionais de saúde, incluindo enfermeiros, e que, neste caso, a contabilização do tempo de serviço é uma forma de valorizar e contribuir para a fixação destes profissionais.

1 de abril de 2025
